



# Anais da Assembléia

Nº 77

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 04 DE AGOSTO DE 1980

IANO VI

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1980**  
**(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Gilberto Agibert Filho, Antônio Facci, Augusto Carneiro e David Cheriegate.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**Mensagens:**

MENSAGEM 38/80

Curitiba, 27 de junho de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio n.º 43/80, de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 16 de junho do corrente ano, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado do Planejamento, com a Universidade Federal do Paraná, objetivando a elaboração, pela Universidade, de pesquisa de opinião, a fim de levantar as necessidades da comunidade e identificar as lideranças formais e informais em todo o Estado do Paraná, com vistas a uma administração participativa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA - Governador do Estado

- Ao Departamento Legislativo.  
MENSAGEM 39/80

Curitiba, 27 de junho de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, nas sedes dos municípios signatários, para o exercício de 1980, conforme o PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSIÃO DO SOLO NO NOROESTE DO PARANÁ - PRONOROESTE:

Município	Data da Celebração
AMAPORÃ	16/06/80
BOA ESPERANÇA	29/05/80
CAFEARA	29/05/80
CAMPINA DA LAGOA	29/05/80
FAXINAL	29/05/80
FLORESTÓPOLIS	29/05/80
FLÓRIDA	29/05/80
FRANCISCO ALVES	29/05/80
GRANDES RIOS	16/06/80
GUAPOREMA	29/05/80
GUARACI	29/05/80
INAJÁ	29/05/80
ITAÚNA DO SUL	16/06/80
JAGUAPITÃ	29/05/80
JANDAIA DO SUL	29/05/80
JANIÓPOLIS	16/06/80
JAPURÁ	29/05/80
JARDIM OLINDA	29/05/80
JUSSARA	29/05/80
LOBATO	29/05/80
LUPIONÓPOLIS	29/05/80
MANDAGUAÇU	29/05/80
MANDAGUARI	29/05/80
MARIA HELENA	29/05/80
MARILUZ	29/05/80
MIRASELVA	29/05/80
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	29/05/80
NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	16/06/80
OURIZONA	29/05/80
PARAÍSO DO NORTE	29/05/80
PARANAPOEMA	29/05/80
PÉROLA	29/05/80
ROLÂNDIA	29/05/80
SABÁUDIA	29/05/80
SANTA FÉ	29/05/80
SANTO INÁCIO	29/05/80
SÃO JERÔNIMO DA SERRA	29/05/80
TAMBOARA	29/05/80
TAPIRA	29/05/80
TERRA RICA	29/05/80
UBIRATÃ	29/05/80
URAÍ	29/05/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio

texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 40/80

Curitiba, 16 de julho de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos de convênios celebrados em 30 de junho do corrente ano, entre o Estado do Paraná e os Municípios de ASSAÍ e MARINGÁ, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios, em 1980, conforme o PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO NO NOROESTE DO PARANÁ — PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 41/80

Curitiba, 24 de julho de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos que especifica, nas carreiras de Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo e Engenheiro Mecânico, para provimento dos integrantes dessas carreiras que formularam a opção prevista pelo Art. 1.º, da Lei n.º 7268, de 26 de dezembro de 1979.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 1199/80, de 24 de junho próximo passado, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, diz, com o devido detalhamento sobre a necessidade e oportunidade de que é revestida a medida legal ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Aos integrantes das carreiras do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura — TC 1500, que optaram no prazo estabelecido no Art. 1.º, da Lei n.º 7268, de 26 de dezembro de 1979, ficam assegurados, a partir da data desta lei, todos os direitos e vantagens conferidos aos que manifestaram opção no prazo inicialmente previsto no Art. 7.º, da Lei n.º 7122, de 26 de abril de 1979.

Art. 2.º — Para cumprimento do disposto no artigo 1.º desta lei, ficam criados os seguintes cargos:

- I — NA CARREIRA DE ENGENHEIRO CIVIL
  - 1 (um) de 1ª Classe;
  - 3 (três) de 2ª Classe;
  - 1 (um) de 3ª Classe;

2 (dois) de 4ª Classe;

- II — NA CARREIRA DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO
  - 1 (um) de 2ª Classe;

- III — NA CARREIRA DE ENGENHEIRO MECÂNICO
  - 1 (um) de 1ª Classe.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 42/80

Curitiba, 24 de julho de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva incorporar, na forma que especifica, aos vencimentos do funcionalismo estadual, a Parcela Adicional Social — PAS, instituída pelos parágrafos 1.º e 2.º, do Art. 1.º, da Lei n.º 7258, de 30 de novembro de 1979.

O Plano de Lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis, implica em benefício aos funcionários do Estado, uma vez que, com tal incorporação, o cálculo das vantagens proporcionais previstas na Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto dos Funcionários Civis do Estado — terá por base vencimentos mais elevados, proporcionando assim, como resultado final, maior remuneração global.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, e o fato de constituir-se o projeto proposto em medida preliminar à implantação do novo Plano de Classificação de Cargos, que será objeto de mensagem específica, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a prova prevista pelo § 3.º, do Artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que o plano de lei ora encaminhado a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A Parcela Adicional Social — PAS, instituída pelos §§ 1.º e 2.º, do Art. 1.º, da Lei n.º 7258, de 30 de novembro de 1979, fica incorporada, no seu atual valor de Cr\$ ... 1.037,40 (um mil e trinta e sete cruzeiros e quarenta centavos), aos vencimentos dos cargos dos funcionários por ela beneficiados.

Parágrafo único — Em face do disposto neste artigo, o Chefe do Poder Executivo baixará decreto com as tabelas de vencimentos acrescidos da importância referida.

Art. 2.º — Aos funcionários da Coordenação da Receita do Estado — CRE, a Parcela Adicional Social fica incorporada aos seus vencimentos sob a forma de valor autônomo, reajustável por ocasião das majorações gerais, a fim de ser mantida a proporcionalidade de remuneração de que trata a Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1978.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os parágrafos do Art. 1.º, da Lei n.º 7258, de 30 de novembro de 1979, e demais disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 43/80

Curitiba, 24 de julho de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar os dispositivos das Leis n.º 7074, de 02 de janeiro de 1979, e 7122, de 26 de abril de 1979, que proibem aos integrantes da carreira de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional

de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividade de natureza particular.

O cerceamento do exercício da atividade profissional liberal, na área da iniciativa privada, para os funcionários já referidos, não trouxe para o serviço do Estado maior benefício, até pelo contrário, o livre exercício das profissões mantém o servidor atualizado, o que resulta, em última análise, em interesse da Administração.

Por esse motivo, e conforme estudos realizados pelos órgãos competentes, considerou-se necessária a revogação dos textos de lei que estabelecem tal proibição.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam revogados o parágrafo único do Art. 24, da Lei nº 7074, de 02 de janeiro de 1979, e o parágrafo único, do Art. 3.º da Lei nº 7122, de 26 de abril de 1979, este último, na parte que proíbe o exercício de qualquer atividade de natureza particular aos integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM 44/80

Curitiba, 24 de julho de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a legislação que autoriza o pagamento de pensão à viúva e filhos dos servidores civis e militares.

A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa reveste-se de elevado sentido social, diante de seu objetivo que é o de conceder melhor amparo à viúva e filhos de servidores públicos que faleceram ainda em atividade ou em acidente de serviço.

Atualmente as pensões concedidas são, via de regra, aquelas oriundas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, calculadas na razão de 50% (cinquenta por cento) do vencimento que dá base ao respectivo desconto. Esses valores nem sempre correspondem à proporção da inteira remuneração do servidor, já que os descontos atingem apenas uma parcela dessa remuneração, ensejando, com isso, sensível diminuição do benefício. A pensão concedida aos familiares dos servidores que faleceram por acidente em serviço terá, também, valor mais expressivo, eis que passará a ser calculada sobre a remuneração total, e não apenas sobre os vencimentos básicos percebidos.

Vale lembrar ainda, que a pensão concedida à família de servidores falecidos em inatividade é atualmente calculada na base de 50% (cinquenta por cento) dos proventos globais, o que significa dizer que pelo falecimento de inativos o benefício vem sendo mais expressivos que nos casos de servidores, de igual categoria funcional, falecidos em atividade.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Art. 260, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, mantidos os seus parágrafos, passa a ter a seguinte

redação:

“Art. 260 — Fica assegurado à viúva e aos filhos do servidor estadual, sem prejuízo da pensão devida normalmente pelo órgão previdenciário, o direito de perceberem, mensalmente, uma pensão especial:

I — correspondente à diferença entre a pensão concedida pelo Instituto de Previdência do Estado e 50% (cinquenta por cento) da remuneração do mês anterior ao falecimento, quando este ocorrer com o funcionário em atividade; ou

II — correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do mês anterior ao do falecimento do funcionário, quando este ocorrer em consequência de acidente em serviço.

Art. 2.º — Fica assegurada à viúva e aos filhos de integrante da Polícia Militar do Estado do Paraná, sem prejuízo da pensão devida normalmente pelo órgão previdenciário, o direito de perceberem, mensalmente, uma pensão especial:

I — correspondente à diferença entre a pensão concedida pelo Instituto de Previdência do Estado e 50% (cinquenta por cento) do vencimento do mês anterior ao do falecimento, quando este ocorrer com o policial militar em atividade; ou

II — correspondente a 50% (Cinquenta por cento) do vencimento do mês anterior ao falecimento do policial militar, quando este ocorrer em consequência de acidente em serviço.

§ 1.º — A pensão, que acompanhará os aumentos gerais de vencimentos, será paga:

a — metade à viúva do policial militar;

b — metade aos filhos varões, até atingirem a maioridade e sem limite de idade desde que sofram de moléstia que os impossibilite de trabalhar e às filhas solteiras ainda que maiores.

§ 2.º — Perderão o direito à pensão prevista neste artigo a viúva do policial militar que contrair novas núpcias, os filhos e filhas que se casarem e os filhos que atingirem a maioridade ou possuam recursos próprios para sua subsistência.

Art. 3.º — Fica revogada a Lei nº 5898, de 23 de dezembro de 1968, alterada pela Lei nº 5981, de 04 de agosto de 1969, no que colidir com as disposições desta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem sob o número 45/80, do Senhor Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva a instituição de um Plano de Classificação de Cargos, abrangendo os cargos de provimento efetivo do Quadro Único de Pessoal Civil do Poder Executivo e dos Quadros Próprios das Autarquias.

#### Ofícios:

Sob o número 468/80, o Sr. HAROLDO FERREIRA DIAS, Secretário de Estado da Segurança Pública, nos seguintes termos:

“Em atenção ao contido no Ofício nº 196/80, de 27 de março de 1980, dessa Assembléia Legislativa, cumpro-me informar a Vossa Excelência que a reivindicação da Prefeitura Municipal de UNIFLOR, poderá ser atendida, quando forem adquiridas novas armas pelo Fundo de Reequipamento Policial - FUNRESPOL, que está realizando licitação para a compra daquele material”. — Ciente. Arquivo-se.

Sob o número 1096/80, do Sr. JOÃO CORREIA DE FREITAS, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, acusando o recebimento do Ofício nº 218/80, cujo teor, alusivo à encampação de algumas Escolas desse Município, está sendo objeto de estudo para as possíveis providências. — Ciente. Arquivo-se.

Sob o número 1278/80, do Sr. FRANCISCO J. DA CUNHA GEBRAN, Chefe de Gabinete em exercício, da Secretaria de Estado da Educação, reportando à consulta alusiva à instalação da Universidade Legislativa do Estado, a fim de

transmitir a Vossa Excelência o teor da informação dos Departamentos competentes desta Pasta, segundo a qual, pelo disposto na Deliberação n.º 007/80, do Conselho Estadual de Educação, foi sobrestada, por enquanto, a apreciação de novos pedidos de criação de Cursos e/ou Instituições de Ensino Superior.

**Ciente. Arquivo-se.**

Do Sr. NEWTON MENDES DE ARAGÃO, Secretário Substituto da SEPEC – DASP, solicitando informações referentes aos concursos públicos, realizados por aquele Departamento em Londrina - Pr:

1. Com relação ao assunto, informa que até a presente data foram convocados os 25 primeiros classificados no concurso de Auxiliar de Oper. de Serviços Diversos- Atendimento, e os 119 primeiros do concurso de Agente Administrativo naquela cidade.

2. Vale acrescentar que, por força do Decreto nº 84.817 de 18/06/80, esta Secretaria somente poderá indicar, até 31 de dezembro de 1981, candidatos para provimento de cargos ou empregos em vagas que venham a ocorrer a partir da publicação do mencionado Decreto. — **Ciente. Arquivo-se.**

Do Senhor AMAZONAS MARCONDES NETTO, agradecendo a Mesa da Assembléia Legislativa, pela manifestação de pesar, apresentada pelo digníssimo Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, por ocasião do falecimento de sua progenitora, SARAH PIMPÃO MARCONDES, ocorrido no dia 12 de junho último. Solicita que seja lido em Plenário, manifestando mais uma vez a gratidão ao Deputado Domício Scaramella, pela lembrança. — **Ciente. Arquivo-se.**

Sob o número 200/80, do Sr. Governador do Estado, comunicando seu afastamento do cargo de Governador do Estado, por recomendações médicas, pelo período de 40 (quarenta) dias, devendo ser temporariamente investido naquelas funções, durante o mencionado período, o Dr. JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, Vice-Governador, cujo termo de investidura será lavrado e assinado nesta data. — **Ciente. Arquivo-se.**

Do Sr. RUFINO DA SILVA NETO, Deputado Estadual da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que envia cópia da sugestão apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, na melhor esperança de que a medida receberá, na hora oportuna, o apoio desta colenda Assembléia que sejam enviadas ao ilustre Deputado Federal TELÉMACO CORIOLANO POMPEI, as congratulações desta Assembléia, pela sua corajosa iniciativa de propor ao Parlamento Nacional a introdução, nas Leis do País, da PENA DE MORTE para quem matar para roubar. — **Ciente. Arquivo-se.**

**Telex:**

Nos seguintes termos:

“COMUNICAMOS JUSTIFICADA SATISFAÇÃO APROVAÇÃO PROJETO CENTRAL SOCIAL URBANO BANDEIRANTES INVESTIMENTOS CR\$ 3 MILHOES E MEIO RECURSOS NAO REEMBOLSAVEIS E AINDA PRORROGAMOS POR MAIS SEIS MESES PRAZO UTILIZAÇÃO RECURSOS CR\$ 1.757.000,00, REFERENTES SALDO PARA APLICAÇÃO CSU SANTO ANTONIO PLATINA”.

SAUDAÇÕES

MARCOS VINÍCIOS VILAÇA  
DIRETOR DA CEF.

— **Ciente. Arquivo-se.**

**Emenda:**

#### EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único — O art. 11 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 — Não perde o mandato o deputado estadual investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital, ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para

tratar de interesses particulares.

§ 1.º — Convocar-se-á o suplente nos casos de vaga, de licença ou de investidura em funções previstas neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 2.º — Com licença da Assembléia Legislativa do Estado o deputado estadual poderá desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural.

§ 3.º — Considerar-se-á renunciante o deputado que infringir o disposto do item III do Artigo 10, ou salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, deixar de tomar posse dentro de dez dias, contados da inauguração da legislatura, ou de sua convocação, no caso de suplente”.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

APOIAMENTO: Adalberto Daros, Lázaro Dumont, João Elísio, João Mansur, Pinto Dias, Egon Pudell, Mário Celso, Darcy Deitos, Waldyr Pugliesi, Fiori Luiz, José Tavares, Gabriel Manoel, Nilso Sguarezi, Augusto Carneiro, José Domingos, Deni Schwartz, Antônio Facci, Valduga e Edilson Alencar.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente Emenda à Constituição do Estado do Paraná, visa adaptar a nossa Carta Magna à Constituição Federal, recentemente emendada em seu Art. 36, através da Emenda Constitucional n.º 13, promulgada pelo Congresso Nacional no último dia 10 de outubro e publicada no Diário Oficial da União, no dia 11 do mesmo mês.

**Requerimentos:**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, um dos cidadãos mais prestantes da comunidade paranaense.

No exercício de vários cargos, tanto públicos como os privados, o Bacharel Gastão de Abreu Pires, soube granjear o respeito e admiração do povo paranaense. Advogado de carreira da Caixa Econômica Federal, aposentado, o extinto deixou larga folha de serviços prestados àquela entidade. Secretário de Estado de Recursos Humanos no último período administrativo, implantou inúmeras medidas que beneficiam os funcionários públicos estaduais, Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Estado, demonstrou o quanto um ser humano pode colaborar com os seus semelhantes. Presidente do Clube Curitiba, uma das mais tradicionais entidades sociais do Paraná, constituiu-se num dos principais artífices da grandeza daquela sociedade.

Chefe de família exemplar, o extinto teve sua morte lamentada, não só por seus familiares, mas por todo o Paraná, sobretudo porque o Dr. Gastão de Abreu Pires, era um homem com profundo amor a seus semelhantes e sempre disposto a ajudar, muitas vezes anonimamente, aos menos favorecidos pela sorte.

Justo é, portanto, que esta Casa do Povo Paranaense, una seu sentimento de pesar ao de sua família, com a inclusão nos anais da Assembléia, de um voto de profundo pesar pelo seu passamento.

Requer-se, outrossim, que do inteiro teor deste, se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa de sua viúva, Sra. ENNEH REQUIÃO PIRES, e de seu irmão, Dr. Gilberto Abreu Pires, da Assessoria Especial da Presidência da República.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento de Dom ANTÔNIO MAZAROTTO, Bispo Diocesano de Ponta Grossa, ocorrido no último dia 16 de julho próximo passado.

A Igreja e a comunidade católica de toda Diocese de Ponta Grossa, perde um dos seus maiores evangelizadores, Dom ANTÔNIO MAZAROTTO, onde trabalhou por mais de 35 anos.

Em novembro de 1979, já com a idade de 90 anos, Dom ANTÔNIO MAZAROTTO comemorou seu jubileu de 50 anos de Bispo e 15 anos de Padre. Em Ponta Grossa, todos se mostraram constangidos com o acontecimento, que abalou toda a população da cidade, bem como de todas as paróquias subordinadas àquela Diocese, pois foi o primeiro Bispo, respondendo pelas atividades eclesiais nos Campos Gerais, até 1965, quando assumiu Dom GERALDO PELLANDA.

Natural de Santa Felicidade, ANTÔNIO MAZAROTTO nasceu no dia 1.º de setembro de 1890. Aos 15 anos, ingressou no Seminário de Curitiba, permanecendo nele até 1914, quando foi ordenado sacerdote. Um de seus principais serviços, foi o de ser vigário cooperador da Catedral Metropolitana da Capital paranaense, por 15 anos. Entretanto, sua nomeação para Bispo de Ponta Grossa aconteceu somente em 1929, pelo Papa PIO XI, assumindo a Diocese de Ponta Grossa em 1.º de maio daquele ano, onde permaneceu até seu passamento.

Outrossim, requer ainda, aprovado o presente, dê-se conhecimento à família enlutada, através de Dom GERÔNIMO MAZAROTTO, à Av. Visconde de Guarapuava, 4773, Curitiba e a Dom GERALDO PELLANDA, Bispo Diocesano de Ponta Grossa, para que transmita ao clero e a toda comunidade católica daquela diocese, os sentimentos deste Parlamentar, bem como do Poder Legislativo paranaense.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) DOMICIO SCARAMELLA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo falecimento da Senhora DINORAH TOLEDO KRUKOSKI, ocorrido dia 28 de julho próximo passado.

A extinta era esposa do Desembargador Zeferino Krukowski, Corregedor Geral da Justiça.

Mãe e esposa exemplar, teve sua morte lamentada, não só por seus familiares, mas por todos que gozavam da sua amizade.

Requer-se, outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada, na pessoa do Desembargador Zeferino Maz-zoto Krukowski, Corregedor Geral da Justiça.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de pesar, pelo falecimento da Senhora ROSA KUBASKI CHAVES, ocorrido no mês de julho passado, no Município de Ipiranga.

Outrossim, requer que se dê ciência aos familiares da falecida, por intermédio da Prefeitura Municipal de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS

## JUSTIFICATIVA:

A Senhora Rosa Kubaski Chaves, pessoa de inegáveis qualidades, além de intimamente ligada à nossa família, era esposa de um dos mais proeminentes cidadãos do Município de Ipiranga, Senhor Altair Chaves, um dos pioneiros do processo de desenvolvimento daquela região, sendo que seu desaparecimento abriu uma lacuna irreparável, tanto nos meios sociais daquela cidade, como entre seus familiares e amigos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento da Senhora ROSA DOMINGUES ESTEVAN, esposa do Sr. Pedro Estevan, ocorrido na cidade de Quatiguá.

Requer, outrossim, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) RENATO BERNARDI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 90/80, por não ter o mesmo mais objetivo.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para manifestar-se sobre o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES, dirigido ao ITC — Instituto de Terras e Cartografia do Paraná:

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DE QUEDAS DO IGUAÇU

1. Existem terras devolutas?

2. Qual a área titulada ao grupo da empresa Giacomet Marodin S/A?

3. Além da área titulada, referida empresa tem requerida a titulação de outras terras? Está ocupando alguma outra área de que não seja portadora de título de domínio?

4. Existem decretos-leis desapropriando ou considerando aquele município área prioritária para implantação de reforma agrária? Em caso positivo, qual a área desapropriada, foi o ITC ou o INCRA emitido na posse?

DA SITUAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU:

1. O ITC tem sido notificado dos mandatos judiciais de despejo que se tem procedido naquela área? Qual o destino dado às famílias que são desalojadas pela força policial?

2. Pode o ITC informar quem são os invasores da área em litígio, se proprietários, trabalhadores rurais ou urbanos, desapropriados pelas construções de usinas, enfim, fornecer um cadastro da situação de fato e social, bem como o número de pessoas, famílias e "posses" que hoje existem naquela área?

Que da presente decisão, para que se considerem notificadas da gravidade dos fatos, requer-se sejam enviadas cópias aos seguintes destinatários: Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná; Presidente do INCRA; Secretário de Segurança Pública e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, bem como ao Exmo. Sr. Prefeito e Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) NILSO SGUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

A História da conquista das terras do Sudoeste Paranaense

está ilustrada com cenas de extremada violência, onde centenas de vidas e muito sangue regaram a fertilidade daquele solo rico e dadivoso. Os litígios pela posse e domínio das terras e a reiterada omissão do Poder Público, foram traumas que marcaram indelévelmente a civilização que ali se organizou e se implantou.

Por temer que cenas de violência - pertencentes a um passado que não se deseja reviver - venham a empanar o espírito pacifista e trabalhador daquela região, é que objetivamos pelo presente requerimento, como testemunhas oculares da situação reinante no Município de Quedas do Iguaçu, chamar a atenção das autoridades e organismos responsáveis pela gravidade dos fatos que inexoravelmente se desenrolam e ameaçam fugir do controle, levando de roldão a ordem pública, o instituto da propriedade privada e até mesmo o prestígio da justiça forense.

Alarmada com a situação reinante, a Câmara Municipal já protestou junto às autoridades de segurança para apurarem as causas do desequilíbrio social. Todavia, o contingente de homens e mulheres que buscam encontrar terras em Quedas do Iguaçu, vem aumentando dia a dia. Na área invadida, por número que até agora se presume seja superior a 3.000 pessoas, tem prevalecido a LEI DO MAIS FORTE, e os que para lá se dirigem na esperança de tornarem-se proprietários de terras, são movidos pelos boatos de que "desapropriada a área, o governo irá distribuir terras", ou então de que "existem terras devolutas", ou ainda mais, "de que a firma Giacommet Marodin, tem domínio de apenas parte da área que ocupa", sendo que "o excesso será distribuído por quem estiver na posse".

Tal estado de coisas tem gerado o caos social naquele município, onde mortes já houveram, refregas entre invasores e força policial. Os despejados por decisão judicial, via de regra, são jogados, com famílias, ao relento e à sua própria sorte.

Não pode o PODER PÚBLICO ficar omissos a este quadro social, cuja temperatura está em ebulição. Boa parte dos invasores, são pessoas desapropriadas de suas terras pelas usinas que se construíram a mando governamental na região, e que até agora não conseguiram colocação. Os invasores, portanto, não podem ser considerados elementos nocivos, porquanto em sua maioria movem-se pelo "animus" de vincularem-se à terra que representa sua sobrevivência e meio de vida.

São trabalhadores rurais, que sabedores da existência de leis desapropriatórias, julgam-se no direito de possuírem a terra e com ela tornarem integrados, quando não reintegrados na produção agrícola.

Ademais, assiste-se uma devastação desornada e atentatória a uma das últimas reservas de flora e fauna que a região possui e para isso é mister a intervenção da autoridade constituída, porque são valores que transcendem ao mero interesse particular.

Busca pois o requerimento, além do conhecimento real e legal da situação das terras daquele município, o alerta às autoridades responsáveis, para que medidas efetivas e eficazes possam neutralizar um desenlace catastrófico. Por outro lado, conscientizar os brasileiros que ainda acham que REFORMA AGRÁRIA é tema para desocupados. Não são alguns poucos que querem terra, a realidade social está a mostrar, que o POVO PRECISA DE TERRAS e só a REFORMA AGRÁRIA, terá o condão de recolocar as coisas nos seus devidos lugares, porque, caso contrário, o que acontece hoje em Quedas do Iguaçu é apenas a amostra do que poderá acontecer em todo o Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Ministros da Saúde e da Agricultura

manifestando a preocupação do povo paranaense quanto às consequências da livre comercialização em nosso País de pesticidas de uso proibido ou restrito nos Estados Unidos da América do Norte, conforme denúncias que tem sido feitas por diversos órgãos técnicos, especialmente a Associação Paranaense de Engenheiros Agrônomos.

A adoção de medidas, pelos órgãos responsáveis pela saúde do povo brasileiro e manutenção da potencialidade produtiva do nosso solo se faz urgente e necessária para que sejam evitados danos maiores.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUIZ ROBERTO SILVA RATTO, Superintendente Regional do Banco do Brasil, setor Sul, solicitando o estudo de viabilidade da instalação, na cidade comarca de Terra Roxa, deste Estado, por tratar-se de uma unidade de grande vitalidade econômica, até agora dependente da Agência de Guaíra.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1980.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Terra Roxa, criado a 14 de dezembro de 1961, com uma população de oitenta mil habitantes, sendo cinquenta mil radicada na zona rural, conta com os Distritos de Santa Rita do Oeste e Alto Alegre, além das Vilas Guarani, São José, São Benedito, Mirassol, Taturi e São Cristóvão.

Situa-se no Oeste do Paraná, e tem uma superfície de 802 quilômetros quadrados, limitando-se, ao Norte, através dos Rios Paraná e Piquiri, com os Municípios de Altônia e Iporã, e Estado do Mato Grosso do Sul; a Leste, com o Município de Palotina; ao Sul, com o Município de Marechal Cândido Rondon, e a Oeste, com o Município de Guaíra.

Com sua economia fundamentada, sobretudo na agricultura e na pecuária, contribui com sua produção para o abastecimento dos grandes centros urbanos e para a geração, por meio de exportação de valiosas divisas, de que o País tanto carece, nesta hora em que há manifesto desequilíbrio em nossa balança comercial.

Exponhamos, a título de curiosidade, o quadro desta produção em ascensão de ano para ano, feito o levantamento por tonelagem, na parte agrícola.

PRODUÇÃO	1.977	1.978	1.979
Soja	55.878	35.000	38.000
Trigo	21.500	23.040	27.688
Milho	4.100	1.200	7.449
Café	4.281	8.000	9.560
Arroz	1.223	1.500	5.519
Feijão	430	720	2.853

Vejamos a situação, no que concerne aos rebanhos bovino e suíno:

REBANHO	1.977	1.978	1.979
Bovino	36.450	31.348	38.246
Suíno	10.650	3.450	16.230

Por ser Terra Roxa um dos grandes municípios produtores do Estado do Paraná, sua laboriosa população estranha, no entanto, a ausência absoluta do Banco do Brasil. Industriais, comerciantes, agricultores e pecuaristas são compelidos a recorrerem, com notável freqüência, aos serviços do nosso mais importante estabelecimento de cunho oficial. Além das atividades normais de depósitos, cobrança de cheques e desconto de títulos, há no Banco do Brasil, o setor muito procurado de financiamentos industriais e agropecuários. Assistimos, diariamente, ao longo da rodovia entre Terra Roxa e Guaíra, a incessante romaria de

interessados na agência do Banco do Brasil em Guaira. Se são interessados em financiamentos de qualquer natureza, as viagens tendem-se a multiplicar-se para o preenchimento das formalidades exigidas, e, principalmente para a apresentação dos documentos necessários. Depois dessa via sacra de muitas idas e voltas, até o Banco ficar satisfeito, com dispêndio forçado de muito combustível, e com a perda de precioso tempo, que poderia ter sido aplicado em atividade econômica mais remunerativa, outras viagens se tornam obrigatórias para conhecimento do resultado final do pedido, nem sempre atendido.

A atividade na agência do Banco do Brasil em Guaira prejudica a economia de Terra Roxa. Diante disso, a criação de uma agência do Banco do Brasil em Terra Roxa se tornou aspiração máxima e necessidade premente.

Portanto, a reivindicação da população de Terra Roxa é justa e atende ao interesse nacional.

Indo ao encontro dos anseios da laboriosa população da cidade em referência é que tomamos a iniciativa de apresentar o requerimento em pauta esperando merecer o apoio do poder legislativo, o que nunca faltou nas justas reivindicações.

#### Projetos de Lei

##### PROJETO DE LEI N.º 97/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ – APAE, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1.980

a) Nelson Buffara.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá – APAE, tem por finalidade promover o bem estar, a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem; estimular os estudos e pesquisas relativas ao problema dos excepcionais, incluindo-se crianças, adolescentes e adultos, estimulando o trabalho artesanal por meio de exposições.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando merecer o seu apoio e posterior aprovação.

##### PROJETO DE LEI N.º 98/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarado de Utilidade Pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE MORRETES, com sede e foro na cidade de Morretes.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1.980

a) Nelson Buffara.

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital e Maternidade de Morretes, tem sua sede na Rua Santos Dumont n.º 91, na cidade de Morretes, e está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, tendo seus estatutos registrados no Cartório das Pessoas Jurídicas há mais de um ano e sua diretoria não percebendo remuneração a qualquer título, preenchendo

assim os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

A entidade tem por finalidade principal prestar-se ao serviço gratuito de internamento e tratamento de pessoas reconhecidamente pobres, de ambos os sexos, adultos e crianças, sem distinção de crença ou nacionalidade.

Isto exposto, apresentamos o presente Plano de Lei à apreciação dos Ilustres Deputados, esperando merecer o necessário apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE – (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença, neste plenário do Sr. Deputado Norton Macedo, Presidente da Comissão Provisória do PDS.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou proceder a leitura da justificativa do requerimento que encaminharei à Mesa.

(Lâ):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvir o Plenário, REQUER, o envio de expedientes ao Excelentíssimo Sr. DOUTOR ELISEU RESENDE, Ministro dos Transportes, de acordo com o exposto abaixo:

1.º – Recuperação total da pista da BR. 376, Rodovia do Café;

2.º – Construção de acostamento, assim como da 3.ª faixa em todas as lombadas e curvas da referida rodovia;

3.º – Reinício imediato da construção da Rodovia do Cerne, trecho São Jerônimo da Serra à Pirai do Sul, que se encontra paralisada;

4.º – Afim de constatar a urgência de nosso pedido, e a veracidade das denúncias aqui formalizadas das condições em que se encontra a BR. 376, Rodovia do Café, tomamos a liberdade de sugerir ao Sr. Ministro dos Transportes, quando de sua vinda ao Estado do Paraná para inaugurar o trecho da Rodovia Campo Mourão a Goioere, que faça o trajeto Curitiba a Maringá de automóvel.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1.980

a) Lázaro Dumont.

#### JUSTIFICATIVA:

A Rodovia do Café, BR. 376, inaugurada solenemente a 25 de julho de 1.965, pelo então Presidente da República CASTELO BRANCO, e pelo Governador do Estado do Paraná General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA em seu primeiro mandato, encontra-se até hoje inacabada e, somente não podemos dizer totalmente abandonada, porque pelo menos algumas Placas de Sinalização são colocadas alertando das irregularidades existentes, tais como: falta de acostamento, defeitos na pista e etc.

A Rodovia do Café BR. 376, também chamada Rodovia da Integração do Paraná, continua a ser ainda hoje a principal Rodovia do nosso Estado de maior fluxo de movimento. Podemos citar por exemplo o trecho Cambé-Maringá, com movimento diário chegando até a vinte mil veículos, número alarmante para uma Rodovia que na maioria do seu percurso, não se encontra acostamento, sinalização adequada, faixas auxiliares, enfim, sem nenhuma segurança, onde as cidades ao longo da rodovia, seus habitantes vivem em constantes pesadelos e sobressaltados com os inúmeros acidentes fatais e graves que ocorrem, principalmente pela falta de desvios e acostamentos desta rodovia, ao atravessar estas cidades, como é o caso de California, Rolândia, Arapongas, Jandaia do Sul,



Mandaguari e Marialva. Não vamos aqui reivindicar a duplicação total da Rodovia do Café BR. 376, porque com o término do trecho São Jerônimo da Serra-Piraí do Sul, da Rodovia do Cerne, haveria maior opção, e, evidentemente o fluxo de veículos, diminuiria principalmente nos trechos Londrina-Apucarana, e Apucarana-Ponta Grossa.

Porem, é de se ressaltar a necessidade da duplicação nos trechos Jataizinho-Londrina, e Londrina-Maringá, assim como os desvios nas cidades acima mencionadas, além da insuficiência do desvio existente na cidade de Apucarana, e a continuação da duplicação do trecho Curitiba-Ponta Grossa, onde todo o movimento de tráfego se afunila, concentrando neste trecho, todo o movimento rodoviário do Estado do Paraná.

E para terminar, ao sugerirmos ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, para que faça o percurso Curitiba a Maringá de automóvel, é exatamente para que o Sr. Ministro tenha conhecimento das condições precárias em que se encontra esta rodovia, que é a principal do Estado, e está entre as rodovias de maior movimento do Brasil, e é uma das piores, se não a pior. Não vamos mencionar aqui os acidentes, por ser desnecessário, os números de mortos, inválidos, famílias desamparadas, prejuízos materiais com perdas irreparáveis. Aplaudimos as Campanhas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens "DNER", para que se evite os acidentes, mas quando o próprio DNER, participa diretamente na maioria dos acidentes que ocorrem na Rodovia do Café BR. 376, não podemos silenciar, pois estaríamos coniventes com aqueles que dirigem a política de transportes no Brasil, que mesmo depois de 15 anos de inauguração a Rodovia do Café BR. 376, até agora não se preocuparam com uma rodovia, que é o principal fator de escoamento da produção de alimentos produzidos no Estado do Paraná, o que corresponde a aproximadamente 30% da produção nacional que tem seu escoamento por aquela rodovia."

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos nós Deputados, passamos constantemente por aquela rodovia. E toda vez que se faz um pronunciamento, que se faz uma reivindicação que se dirige ao DNER, ou ao próprio Ministro dos Transportes, é comum chegar até nós a resposta de que as verbas foram cortadas, que não mais existem verbas para reparos. Se se vai ao DER do Estado do Paraná, dizem que essa rodovia é de âmbito federal e pertence ao Ministério dos Transportes. Se se dirige ao Ministério dos Transportes, ao DNER, este, por sua vez, diz que isso é de alçada do Governo do Estado, porque foi feito um convênio.

Enquanto que, em outros Estados para onde temos tido oportunidade de viajar, as obras continuam normalmente, com reparos, com pistas de acostamento. Só no Paraná é que não se faz!

Por esta razão, Sr. Presidente, é que estamos sugerindo o envio do citado requerimento, se aprovado por esta Casa, ao Dr. Eliseu Rezende, Ministro dos Transportes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa, um requerimento solicitando o apoio dos demais companheiros da Casa requerendo envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando estudos urgentes para a implantação de sistema de táxis coletivos em Curitiba. E eu explico a minha solicitação, em vários considerandos:

(Lê):

# "REQUERIMENTO"

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o plenário, seja enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando estudos urgentes, visando a implantação de um sistema de TÁXIS COLETIVOS.

Sala das Sessões, em 4 de agosto de 1.980

a) Mário Celso.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando os sucessivos aumentos no preço da gasolina, tornando de fato proibitivo o uso de automóveis...

Considerando que está configurada a política do Governo, no sentido de exportar o nosso álcool, garantindo a compra do petróleo...

Considerando que essa ação prejudica o consumo interno do nosso álcool, pois atualmente o produto está sem preço fixado, variando de empresa para empresa, subindo ainda mais quando financiado pelo Proálcool...

Considerando que desta forma fica difícil e inseguro para o motorista de táxi fazer a conversão do seu motor para o álcool...

Considerando que o Governo não pretende liberar o gaz para os taxistas, alegando uma série de controvertidos problemas...

Considerando que as empresas de ônibus recebem ajuda do Governo para a compra de combustíveis, o mesmo não acontecendo com os táxis, que além de não contar com qualquer tipo de ajuda, ainda são onerados com os custos de manutenção, contribuições trabalhistas e tributárias...

Considerando que o Governo não foi sensível aos apelos da classe, no sentido de subsidiar parte da gasolina, através de programa que os próprios técnicos da Administração não procuraram detalhar...

Considerando que o movimento de passageiros caiu em 60%, dificultando ainda mais o orçamento de um profissional do volante...

Considerando que a implantação do sistema "Bandeira Dois" durante o dia vem afugentando os passageiros, além de, em alguns casos, provocar sérios atritos...

Considerando que os motoristas de táxi, que trabalham na madrugada, que sempre se utilizam da "Bandeira Dois" não são beneficiados com a medida...

Considerando que Curitiba é um centro bastante prejudicial aos motoristas de táxis, já que aqui foi implantado uma série de serviços coletivos que desviaram os passageiros dos táxis, caso dos sistemas: ônibus seletivo, ônibus escolar, ônibus da vizinhança, ônibus inter-bairros, ônibus expresso, etc...  
...é que estamos solicitando um estudo especial, visando minorar o problema desta sofrida classe, procurando estabelecer critérios para a criação do TÁXI COLETIVO.

O objetivo é reduzir os preços das tarifas cobradas atualmente dos usuários, beneficiando também o profissional do volante, que terá de volta os seus clientes, através de um novo sistema.

Ao invés do taxista ficar rodando vazio ou então ficar parado durante horas em um ponto da cidade, ele poderá fazer "lotação" em um dos terminais coletivos, cobrando uma determinada importância por passageiro. O que normalmente verificamos quando de jogos de futebol, poderá se transformar numa paisagem do dia-a-dia, favorecendo a todos. Tudo depende de um estudo seguro que, certamente, os homens da administração municipal (com técnicos competentes) poderão fazê-lo e colocá-lo em prática. Está lançada a sugestão.

Usando uma frase do próprio Prefeito Jaime Lerner, quando de um almoço no Country Club, em 10 de abril de 1.980, renovamos nossas esperanças de conseguir sucesso nesta solicitação. Disse ele, naquela ocasião: "...o Brasil há de chegar um



día a ser mais justo para os que cotidianamente o constroem. Que essa realidade não tarde, pois, um dia, os que sonham se cansam de sonhar."

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eram estas as solicitações que eu tinha a fazer e que deixo, naturalmente, à apreciação dos demais companheiros de Casa, para que os motoristas de táxi possam então, desenvolver um trabalho com o táxi coletivo. Porque da maneira que está a profissão marginalizada, aos poucos, nós vamos acabando com os profissionais de volante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos aqui, para fazermos uma referência em que concerne as estradas de nossa região.

Queríamos "a priori", dizer do interesse do Governador Ney Braga e de sua equipe, quando procura dar ao Norte Pioneiro a necessidade, procura dentro deste esquema governamental que é voltado exclusivamente para o interior, para o homem da lavoura, para que as estradas vicinais que levam ao corredor de exportação do grande Porto de Paranaguá, o segundo Porto do Brasil.

Queríamos, neste instante, fazer justiça à Sua Excelência, Sr. Governador Ney Braga e ao Sr. Secretário dos Transportes, aos Diretores do DER quando, olhando com atenção, olhando da necessidade a união da malha rodoviária que liga Guapirama à BR-153 e BR-153 a Jundiá do Sul. Temos a satisfação de dizer ao povo do Paraná, que o Norte Pioneiro, continua com sua trajetória e continua, graças a Deus, sendo liderado por um homem como Ney Braga, como o Sr. Secretário dos Transportes. Porque com satisfação, queremos anunciar aqui, que a estrada em que falamos, a estrada de ligação à BR-153 e da BR-153 a Jundiá do Sul, já está em licitação e a companhia que há de fazer esta implantação asfáltica ligando a malha rodoviária para escoamento dos produtos de nossa terra, para escoamento dos produtos dos homens das mãos calosas que puxam o rabicho da enxada e puxam também o rabicho do arado. E, é nesse instante que queremos levantar o voto pedindo a Deus que dê a saúde para o nosso Governador, para que ele continue trabalhando pelo Paraná e por sua gente. Este é o momento difícil em que passa o Brasil mas, mesmo nos momentos difíceis, Sua Excelência o Governador Ney Braga e o Sr. Secretário dos Transportes não esqueceram de fechar a malha rodoviária necessária para nossa região, não esqueceram de retificar as estradas de Jaguariaíva a Santo Antônio da Platina, de Joaquim Távora a Carlópolis, que hoje, graças a Deus, vamos tranquilos, que em virtude do tráfego pesado tinha diversas crateras que hoje estão sanadas.

Queríamos, neste instante, dar um voto de louvor para Sua Excelência Senhor Secretário dos Transportes, que tão sabiamente aplica de acordo com Sua Excelência o Governador Ney Braga, o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

É uma euforia do Norte Pioneiro, o Norte Pioneiro, já foi feliz com o Governo Jayme Canet, está sendo feliz com o Governo Ney Braga e também, nesta transição, seremos felizes com o Governo Hosken de Novaes. Então, Srs. Deputados, queremos neste instante dar o nosso testemunho, dar a nossa solidariedade e o nosso pedido a Deus que dê forças ao nosso Governador, para que ele volte pujante, trabalhando pelo Paraná e por sua gente.

E, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero me redimir porque desta tribuna mesmo já fiz críticas ao Sr. Secretário dos Transportes. Hoje, quando vemos o nosso Norte Pioneiro aquinhoado com estradas, aquinhoado com as diretrizes necessárias para que o povo humilde, para que o povo honesto, e para que o povo trabalhador diga sim ao Governador

Ney Braga.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Basílio Zanusso**). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

É característica do bom administrador providenciar que sua missão bem se desempenhe, mesmo na sua ausência, no seu impedimento. Temos a certeza que os trabalhos legislativos que ora reiniciamos e prevendo o exame de matérias relevantes, irão se desenvolver profícua e normalmente, embora o incidente cardiológico que afasta de suas funções o líder político e administrativo de nosso Estado.

Chamado a assumir a Chefia do Executivo o Vice-Governador José Hosken de Novaes, como era de se esperar desde que a escolha para o cargo recaiu sobre a sua ilustre figura, cuja vida política sempre se pautou pela dedicação, pela coerência, afirmou já que todo o seu empenho será para que as atividades administrativas do Estado fluam sem solução de continuidade, como se presente estivesse o Governador Ney Braga.

Vê-se daí e por todas as outras qualidades que tipificam o Governador interino, que mesmo na escolha de seu substituto eventual agiu com sabedoria o Governador Ney Braga, ao apresentar-se candidato ao Governo do Paraná perante este Poder Legislativo.

São ótimas as notícias sobre o estado de saúde do Governador Ney Braga, comprazendo-nos informar que deverá deixar seu internamento hospitalar já nesta semana, iniciando período de convalescença e repouso junto aos seus familiares. Eis, portanto, que o Paraná vive normalidade administrativa, certamente a ser amparada e mantida nos trabalhos que hoje esta Casa reinicia.

É bem verdade que o impedimento de Ney Braga tão bem suprido na área administrativa pela presença de José Hosken de Novaes, tem evidentemente efeitos sensíveis na estruturação partidária de nossa agremiação, visto que Sua Excelência é líder pessoal de quantos se agrupam no PDS. E essa liderança é tão marcante e tão presente que sua ausência dos entendimentos partidários poderá, de certa forma retardar a consolidação do quadro agremiativo.

Temos certeza, entretanto, que a orientação já manifestada por Ney Braga antes de seu afastamento, há de inspirar nossa estruturação definitiva.

Queremos, registrar perante a opinião pública e manifestar agradecimentos em nome da bancada do PDS e do Governo, o comportamento impecável dos demais partidos em todo esse episódio. O PMDB, tanto quanto o PTB ou o PP, oficialmente e através de cada um dos seus Deputados, levaram as suas manifestações de apoio e solidariedade ao Governador enfermo.

Temos em mente ainda as declarações publicadas na imprensa, sobre entrevista concedida pelo nobre Deputado Waldyr Pugliesi, Presidente do PMDB, do Estado do Paraná, onde Sua Excelência a par de demonstrar a sua preocupação e os seus votos de breve restabelecimento ao Governador, ele se oferecia ao Vice-Governador, oferecia os préstimos de sua Bancada ao Governador em exercício, para debater e discutir os problemas paranaenses.

Queremos afirmar a Sua Excelência e aos Srs. Deputados da oposição nesta Casa, que a Bancada do PDS recebeu bem, muito bem essas afirmações, declarando-se também disposta a debater junto com oposição, as soluções, porventura trazidas ou aventadas, para resolver muitos dos problemas que afligem a gente paranaense. Sem nos atermos à conjuntura nacional, ao Governo Federal e suas Diretrizes, mas debatendo os aspectos locais da administração pública. Nós aceitamos efetivamente a colaboração. Não estamos falando evidentemente em

nome do Governador em exercício. Mas em nome da Bancada.

A bancada recebeu com muita satisfação, as afirmações de Sua Excelência o Deputado Waldyr Pugliesi. Que está disposta a Bancada do PMDB a discutir com o Governador em exercício, os problemas prementes da gente e do Estado paranaense.

Houve, dessa forma, uma união apolítica, humana, mas também de responsabilidade, no momento em que se sente a ausência temporária de Ney Braga, na condução administrativa do Paraná.

Esse fato é estimulante. Revelando que este é um Estado unido; esta uma Assembléia, que sobrepõe o interesse público a quaisquer divergências político-partidária. Podemos nos orgulhar dessa comunhão em torno de interesses maiores.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Era o que tínhamos a manifestar. Com os votos da Bancada do PDS, de breve restabelecimento de nosso Governador. E de confiança e estímulo irrestrito ao seu substituto. Reafirmando de público, que lhe oferecemos todo apoio, para que desempenhe com mais facilidade, as altas funções que assumiu. E que certamente o fará com brilhantismo, porque o Vice-Governador e Governador em exercício é um homem já aprovado na vida pública. A sua passagem em diversos postos da administração pública, no Paraná, o tornaram realmente um homem credor da confiança que especialmente a nossa bancada deposita no Governador em exercício, José Hosken de Novaes. Nós, particularmente acompanhamos a sua trajetória, embora de longe, mas acompanhamos Sua Excelência quando exerceu as altas funções naquela oportunidade das mais importantes na administração do Estado. Secretário da Fazenda, do mandato tampão do Governador Oliveira Franco. Acompanhamos também a sua trajetória, na Prefeitura de Londrina, onde ele colocou sempre o seu espírito público e acima de tudo, a sua honestidade pessoal, a serviço das causas públicas.

É confiando neste passado e também buscando nas suas palavras de posse, nas declarações que tem dado à imprensa do nosso Estado; de que ele, no curto lapso de tempo que Governará o Estado, saberá corresponder aos anseios do povo paranaense. É que nos prestamos a Sua Excelência nesta oportunidade, todo o nosso apoio e toda a nossa solidariedade.

**O Sr. Gabriel Manoel** - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência está pondo o caso dentro dos parâmetros do pensamento, talvez da maioria de nossa Bancada. Porque o Governador Hosken de Novaes é um homem afinado com Ney Braga, e vejo Vossa Excelência como nosso Líder a nos orientar. Hoje, por questão de coincidência fomos convidados pelo Deputado Antônio Ueno para, com prefeitos da região na qual fazemos política, a visitar o Governador Interino, Dr. Hosken de Novaes, onde ele reafirma que a sua vontade, a vontade de mineiro experiente, a vontade de homem honesto, fiel às tradições de seus companheiros, era a de seguir os ditames do grande Líder paranaense, Ney Braga.

Então, quero me parabenizar com Vossa Excelência e quero ficar solidário com o Governo de Hosken de Novaes, dentro dos parâmetros da linha do Governador Ney Braga. Muito obrigado.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** - A Mesa consulta a liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário. - (Declina).

Tendo declinado, consulta a Liderança do PMDB. - (Declina).

A Liderança do PTB. - (Declina).

A Liderança do PP. - (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, emenda à Constituição Estadual, subscrita pelo Sr. Deputado Domício Scaramella, devidamente apoiada, constante do expediente. - **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante sobre a mesa.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Gastão de Abreu Pires. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dinorah Toledo Krukoski. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Dom. Antônio Mazarotto, Bispo Diocesano de Ponta Grossa. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Kubaski Chaves, ocorrido no Município de Pitanga. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Domingues Estevan, ocorrido na cidade de Quatiguá. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 90/80, por não ter o mesmo mais objetivo. - **Aprovado.**

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** - (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)**. - A Mesa deferre.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. - (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. - (Pausa).

16 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão para amanhã, dia 05, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 41/80 e 44/80 e dos Projetos de Resolução n.ºs 9/78, 28/78 e 39/80.

Levanta-se a sessão.

#### ATOS DA DIRETORIA GERAL:

PORTARIA N.º 543/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

conceder ao funcionário AYRTON ALVES ARANHA, matrícula n.º 413, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 11 de julho de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de julho de 1980.

a) OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS - Diretor Geral (Designado)  
(Protocol. nº 6384)

## ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 307/80

revogar o Decreto Legislativo nº 214/80, de 17 de abril de 1.980, que autorizou ARLETE MARTINS, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 308/80

I — exonerar SHIRLEY DE JESUS RIBEIRO HALUCH, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

II — revogar o Decreto Legislativo nº 141/80, de 29 de fevereiro de 1980, que autorizou SHIRLEY DE JESUS RIBEIRO HALUCH, ocupante do cargo acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. (Protoc. nº 5035).

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 309/80

prover LUIZ RIBEIRO DA FONSECA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

(Protoc. nº 5035).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 30 de junho de 1.980

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 310/80

I — revogar o Art. II, do Decreto Legislativo nº 465/75, de 30 de junho de 1.975, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Segurança, o funcionário JOSÉ CARLOS JANJÃO, matrícula nº 559, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o funcionário acima mencionado, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Segurança, do Serviço de Segurança, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1º de junho de 1.980.

(Protoc. nº 5209).

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 311/80

designar OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS, matrícula nº 502, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Diretor Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 08 de julho a 07 de agosto de 1.980.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 01 de julho de 1.980

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 312/80

tornar sem efeito "ex-officio", por insubsistente, o Decreto Legislativo nº 045, de 31 de janeiro de 1.979, que mandou contar, em favor de DARCI KLIEMANN, matrícula nº 493, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1.977, que deixou de gozar, tendo em vista já ter sido mandado contar tal benefício através do Decreto Legislativo nº 281, de 11 de maio de 1.978.

(Protoc. nºs 4434 e 4435)

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 313/80

I — prover CLAUDIA BEATRIZ MALTAURO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Antônio Del Ciel.

II — autorizar CLAUDIA BEATRIZ MALTAURO, ocupante do cargo acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 5559).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 07 de julho de 1.980

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 314/80

revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 234/80, na parte em que se refere à funcionária ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA, matrícula nº 109, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer o cargo de Coordenador de Assessoramento Técnico, do Departamento de Pessoal.

(Protoc. nº 4007)

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 315/80

colocar à disposição da Procuradoria Geral do Estado, a funcionária ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA, matrícula nº 109, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de suas vantagens fixas.

(Protoc. nº 4007)

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 10 de julho de 1.980

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 317/80

designar MARIA DOLORES TULIO BARVICK, matrícula nº 218, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Arquivo, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 17 de junho de 1.980.

(Protoc. nº 5420)

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 318/80

designar IGLAIR SMANIOTTO, matrícula nº 298, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Protocolo, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 23 de junho a 22 de julho de 1.980.

(Protoc. nº 5419)

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 319/80

designar PEDRO ALVARES DOS SANTOS, matrícula nº 084, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. nº 5088)

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 320/80

ratificar, "ex-officio", o Decreto Legislativo nº 168/76, de 05 de abril de 1.976, que por lapso, incluiu naquele período incorporado, em favor de JOSÉ CHECHELISKI, matrícula nº 393, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administra-

ção, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias de 1.974, contadas em dobro, recaídas no período, e também o tempo prestado ao Exército Nacional (31-01-1.951 e igual data de 1.952), consecutivo ao desta Casa Legislativa, para que do mesmo conste que se compreenda daquela incorporação refere-se ao 2º quinquênio entre 10 de maio de 1.970 e igual data de 1.975, e não como daquele Ato consta.

(Protoc. nº 4451)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 321/80

designar SÍLVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula nº 227, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção Copiadora, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 19 de junho de 1.980.

(Protoc. nº 5418)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 322/80

designar SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula nº 484, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. nº 5584)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 323/80

atribuir ao funcionário JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do PDS, no período compreendido entre 29 de fevereiro a 31 de dezembro de 1.980.

(Protoc. nº 5479)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 324/80

I — revogar o Decreto Legislativo nº 259/80, de 20 de maio de 1.980, na parte em que se refere ao funcionário JOEL DA SILVA NATAL, matrícula nº 341, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Copa e Cozinha, do Departamento Administrativo.

II — revogar o Decreto Legislativo nº 241/80, de 08 de maio de 1.980, na parte em que se refere ao funcionário JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matrícula nº 518, que atribuiu a Função Gratificada, símbolo 7-F, de Auxiliar de Plenário; e,

III — designar o funcionário JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matrícula nº 518, para exercer as funções de Chefe da Seção de Copa e Cozinha, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. nº 5114)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 325/80

designar EDGAR SANTOS BUQUERA, matrícula nº 485, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção Médica, do Serviço de Assistência Social, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. nº 5338)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 326/80

designar MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, matrícula nº 217, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 28 de maio de 1.980.

(Protoc. nº 4484)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 327/80

designar BOLIVAR CAMARGO DE BARROS, matrícula nº 115, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

(Protoc. nº 5428)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 328/80

conceder ao funcionário ALZEMIRO ARTIGAS, matrícula nº 381, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Gratificação de Risco de Vida ou Saúde, na base de 1/3 de seus respectivos vencimentos básicos, nos termos do Art. 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1.970, combinado com o disposto no Decreto nº 14.177, de 19 de fevereiro de 1.964.

(Protoc. nº 12303)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 329/80

designar ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula nº 388, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Telefonia, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 1º de julho de 1.980.

(Protoc. nº 5609)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 330/80

atribuir a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 1ª Secretaria, ao funcionário ANTÔNIO BERALDO, ora à disposição deste Poder, no período compreendido entre 29 de janeiro a 31 de dezembro de 1.980.

(Protoc. nº 5734)

## RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O MENOR

*José Domingos Borges Teixeira*  
Relator

### MEMBROS:

MÁRIO CELSO CUNHA — Presidente  
JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA — Relator  
AYRTON CORDEIRO  
JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
JOSÉ TAVARES

### 1. CAUSAS DA MARGINALIZAÇÃO DO MENOR

#### Aspectos sócio-econômicos

A situação social do menor caracterizada pelo estado de marginalização, tem como causa determinante na nossa realidade, o desequilíbrio social e econômico, fruto das bruscas e constantes transformações.

A partir da década de 50, causas como o advento da tecnologia, a explosão demográfica e o analfabetismo, são as responsáveis pelo agravamento dos problemas sociais.

A primeira, determinando a mudança de uma economia agrícola para uma economia industrializada, fez eclodir uma rápida transição que a par dos benefícios que trouxe para o progresso da Nação, contribuiu também para o desequilíbrio na área social.

Desse quadro resultou a marginalização social, decorrente da falta de mão-de-obra qualificada, fato que impossibilitou o acesso ao trabalho, resultou também em excedentes de mão-de-obra e ainda determinou a rejeição pelos novos métodos tecnológicos.

Dessas situações, aliadas às causas demográficas e do analfabetismo, culminaram então com o desemprego e consequentemente com a pobreza de um considerável segmento da população, sendo que a mais atingida foi a população rural.

Nesse estágio, evidenciou-se a falta de habitação condigna, a alimentação deficiente, a dificuldade de acesso às escolas e o aparecimento das doenças, fazendo com que, se iniciasse um intenso e duradouro processo migratório, quando famílias da área rural, especialmente, deslocam-se aos grandes centros à procura de assistência médica e de trabalho.

Contudo, os equipamentos sociais ainda deficitários, não respondem à demanda, obrigando o deslocamento dessas famílias às periferias onde passam a morar, formando-se assim as favelas.

Aí, vivem em promiscuidade, proliferam-se as doenças, tornam-se esmolares, culminando com a desintegração familiar e consequentemente marginalização social, que num estágio mais adiantado transformam-se em marginais da sociedade.

O menor não se torna um marginalizado ou um marginal, por si só.

São as consequências das situações citadas, que em última análise determinam a marginalização da criança, uma vez que são vítimas do abandono material, moral e espiritual por parte das famílias e das comunidades.

O grande contingente de crianças que se encontram no processo de marginalização, representa o grupo mais rejeitado e mais traumatizado da nossa sociedade.

A problemática do menor carente, constitui-se hoje em problema de segurança nacional. Segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil de 1975, dentre uma população de 109.250.207 habitantes, estão na faixa etária de 0 a 18 anos, 48.226.718 pessoas.

Segundo dados levantados pela C.P.I. do Menor da Câmara Federal, evidencia-se que dentre estes 13.542.508 menores caracterizam-se como carentes e 1.909.570 como abandonados, representando 28,1% e 4% respectivamente de pessoas desta faixa etária, que vivem marginalizados ou em vias de se tornarem marginais.

No Estado do Paraná a situação não é menos grave, constatando-se através do mesmo diagnóstico que na Região Metropolitana de Curitiba a população carenciada é a seguinte:

— em uma população de 780.088 pessoas (isto em 1976) distribuem-se 177.456 famílias (4 pessoas por família). Destas, 55.694 (32%) contavam com rendimentos até 1,5 salário mínimo regional, o que corresponde a uma renda de Cr\$ 94,00 a Cr\$ 148,00 por pessoa;

— da população de 0 a 8 anos, constituída de 364.000 menores, 115.000 (30%) provêm dos 32% dessas famílias, menos favorecidas, sendo que 57.000 (15%) tem de 0 a 6 anos; 43.000 (11%), de 7 a 14 anos; e 15.000 (4%) de 15 a 18 anos.

Portanto esta problemática transforma-se agora, em 1979, em clamor público e em questão de consciência nacional.

Terá que ser uma preocupação dos governos e das comunidades que deverão ver em todo o ser humano uma pessoa de corpo e alma, a quem deve ser garantido o direito de um viver condigno.

A todos, há que ser assegurada uma resposta às suas necessidades básicas de existência:

abrigo	—	(casa e alimentação)
saúde	—	(física e moral)
educação	—	(integração social)
trabalho	—	(profissionalização)
segurança	—	(individual e social)

Ressalta-se que, dada a amplitude e gravidade do problema, há necessidade de uma somatória da ação governamental com a ação comunitária para que sejam atingidos os objetivos da integração social desses menores.

### 2. O MENOR E A LEGISLAÇÃO

#### Aspectos legais

A nossa lei, no que se refere ao menor infrator, passou, no decorrer do tempo, por inúmeras modificações, fruto da evolução do Direito e de nosso País.

Até o ano de 1830, as Ordenações do Reino disciplinavam a matéria e este permitia a redução da pena, quando o criminoso tivesse 17 anos de idade, ficando isento de pena de morte.

Com a independência do Brasil, surgiu o Código Criminal do Império, que vigiu a partir de 1830. Para este Código o menor de 14 anos de idade ficava livre de julgamento "salvo se houvesse discernimento" trouxe consequências assaz funestas, pois crianças de 5 anos de idade, sob a alegação de que possuía discernimento, foram condenadas o que constitui uma enorme violência à pessoa humana. Fizeram-se verdadeiros absurdos em nome da justiça.

Proclamada a República, o Brasil precisava de um novo Código e este saiu logo em seguida: 1890. Tal Código considerava os menores de 09 anos definitivamente incapazes pelos atos praticados, corrigindo assim, o absurdo do anterior. Dos 09 aos 14 anos de idade, presunção de responsabilidade, salvo se comprovado o não discernimento, ao passo que o menor de 14 a 18 anos de idade ficava sujeito à pena cominada. Esse Código, no que tange aos menores, vigiu até 1921, quando a Lei Orçamentária n.º 4242 eliminou o discernimento e fixou a inteira irresponsabilidade até os 14 anos de idade. Em 1927, surgiu o Código de Menores, que considerou todo menor até 14 anos de idade não estando a nenhum processo, mas sujeito a internação, desde que pervertido ou doente. O menor de 14 a 16 anos passou a ficar sujeito a Processo Especial. Dos 16 aos 18 anos de idade, se considerado perigoso, sujeito a internação em estabelecimento especial. Dos 18 aos 21 anos de idade, o Código concedia atenuante.

O Código Penal de 1942, fixou a irresponsabilidade penal aos 18 anos de idade, mandando que os menores marginalizados fossem enviados a magistrado especializado, mantendo ainda, a atenuante para os menores dos 18 aos 21 anos de idade.

A Lei n.º 5258/67, alterada pela Lei n.º 5439/68 baseia-se no critério da periculosidade. O § 1.º dessa Lei define o menor como infrator quando praticar fato previsto na Lei Penal. Preocupa-se também, a epígrafa Lei com os motivos e as circunstâncias segundo os quais o fato ocorreu. Quando o menor de 14 a 18 anos de idade pratica um fato capitulado como crime na Lei Penal, o juiz fará um estudo da situação sócio-econômica do menor, observando: níveis de renda da família; qualidade da habitação, se subhumana; se há subalimentação; se há baixo nível de escolaridade ou analfabetismo; se predominam baixos níveis de saúde e higiene; se há falta de profissionalização; se existe insegurança social; o nível estrutural da família; se é desestruturada: falta de um dos pais, motivado por morte, abandono, ausências; se é filho adotivo, etc. Enfim, procura inteirar-se dos fatores que poderiam ser causa do delito praticado.

Recentemente, o Governo aprovou um novo Código de Menores, que melhor adequa à realidade, espera-se, de consequência, eficientes resultados da ação judiciária.

### 3. O MENOR E A POSIÇÃO NA SOCIEDADE

#### Vida familiar e social

Para crianças ou adolescentes - problemas, pais e educadores - problemas.

Por mais dissonante que seja essa equação para alguns, por mais que ela possa chocar os espíritos mal preparados, para admiti-la é imprescindível que aceitemos definitivamente, pelo menos se quisermos renunciar às concepções de uma pedagogia que se detém quase exclusivamente nas consequências e não se interessa pela análise e descoberta das causas.

Trata-se de algumas considerações em torno do livro de J.M. Buck, "Pais Desajustados, Filhos Difíceis", no qual são relatadas suas experiências numa clínica psicopedagógica da Bélgica.

Com efeito, em educação há muito mais erros do que culpas pois que os próprios educadores, muitas vezes, igualmente vítimas de uma educação defeituosa, de problemas de infância ou de problemas conjugais que se refletem inevitavelmente em processo de compensação ou de agressividade na educação dos filhos.

E não se pense que os problemas entre os membros de uma família ocorrem apenas entre as de menor ou quase nenhum poder aquisitivo.

Se nesta os problemas conduzem a certas formas de criminalidade, naquela provoca também determinados desajustes que acabam por ensejar outros desvios de conduta.

É de se considerar a frase proferida pelo educador Padre Paul Eugène Charbonneau: "A gente prepara-se para tudo menos para duas coisas: Para a política e para o casamento".

Sem dúvida a frase tem muito de verdade, principalmente em termos nacionais.

Tanto na política como ao se constituir família, via de regra impera o sentimento da autosuficiência e da onisciência.

Constata-se facilmente que a maioria das pessoas comporta-se de forma a julgar que o fato de possuir certa dose de cultura ou até a obtenção de um título universitário, torna-o um perito em assuntos de família ou de política.

Daí vemos ruir freqüentemente certos consórcios familiares onde havia premissas promissoras.

Na verdade a família está em crise. Está enferma. Sejam quais forem as condições sociais.

Disso resultam os comportamentos anti-sociais, delituosos.

A família, de qualquer faixa econômica sofre as tensões do nosso mundo, compartilha de suas angústias e alegrias.

Nas grandes cidades, a família é considerada freqüentemente como uma comunidade de consumo, sendo assediada pela propaganda que cria para ela muitas vezes necessidades

acidentais e secundárias, para as quais, na maioria das vezes, ela não está apta a distinguir, aquelas que são compatíveis, essenciais e inadiáveis.

Para fazer face a essas demandas artificiais, a família renuncia a seu ambiente humano, pessoal, familiar e dispersa, não raro, seus membros num horário de trabalho por vezes excessivos, que permitam-lhe possibilidades de assumir financeiramente, apenas o papel de uma digna comunidade de consumo.

Toda a convivência e todo o diálogo se reduz ao mínimo e o calor humano tende a desaparecer.

O ambiente familiar torna-se, então, eletrizado, pouco sedutor, porque o rotineiro, o que provoca a fuga do lar, pais e mães muito ausentes: filhos que fazem a vida fora do lar; incompatibilidades que se acentuam pela falta de diálogo; falta de interesse de uns pelos outros; membros de uma mesma família que se ignoram; falta de segurança financeira, gerando insegurança afetiva.

Existem, no entanto, reações compensadoras, como congressos, movimentos familiares, escolas de pais e outros, que procuram conscientizar a todos da importância de uma vida familiar, valorizando a família e o seu papel de humanizadora do mundo moderno, provocando uma opção consciente por parte daqueles que vêem o problema com lucidez, fazendo-os ver a necessidade de se humanizarem as estruturas, de se educarem as pessoas para um tipo de vida humana e pessoal.

Antigamente as famílias se conservavam fiéis ao seu ideal familiar, mais porque viviam sob um condicionamento favorável do que por uma opção consciente. Hoje não. Muitas famílias se desfazem, mas muitas permanecem, porque estão claramente convencidas de sua missão no mundo moderno.

Há que se fortalecer as condições das famílias, despertá-las para um engajamento concreto, conscientizando-as, para que se sintam responsáveis pelo destino do mundo.

Essa tomada de consciência da missão da família é muito importante, pois, se perder sua dimensão específica, a família se torna incapaz de educar, gerando problemas de difícil solução.

Filhos desajustados, incapazes de relações verdadeiramente pessoais, incapazes de opções livres e conscientes, tornando-se, por isso, meios joguetes da propaganda dirigida.

Filhos frustrados, revoltados contra os pais, descrentes da capacidade da família, procurando clínicas psiquiátricas ou fugindo ao seu problema entregando-se aos vícios.

A educação das crianças deveria consistir mais em mergulhá-las num ambiente educativo.

Um planejamento educacional mais humano, deveria embasar a formação da criança também para a vida em comunidade, despertando-lhe o sentimento de responsabilidade pela vida familiar e pelo ambiente comunitário.

### 4. AÇÃO GOVERNAMENTAL

#### Educação do Menor e o Ensino Fundamental

No Paraná, o órgão responsável pela formulação e execução da política do menor é o Instituto de Assistência ao Menor, criado pela Lei n.º 4617, de 17 de julho de 1962.

É jurisdicionado à Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social.

Segundo relatório, estão sob sua responsabilidade total, 16 obras oficiais e relacionadas a este sob o regime de convênio, estão 178 obras particulares.

Pela rede oficial, foram atendidas em 1978, 5.000 crianças e sob o regime de convênio, de forma direta ou indireta, 27.200 crianças. Receberam ainda auxílios do Governo, da FUNABEM e do Banestado, obras particulares que atenderam 16.660 menores.

Esses serviços abrangeram 58.800 crianças, caracterizadas como carentes, abandonadas ou portadoras de comportamento

anti-social, mantidas sob regime de internato, semi-internato ou ainda atendidas junto da própria família.

O Instituto de Assistência ao Menor ressalta a educação como processo de desenvolvimento do menor nos aspectos social, moral, psicológico, intelectual, artístico e profissional, por considerá-la o principal instrumento da integração do menor na sociedade. Sua preocupação básica portanto, é a implementação da política educacional de bem estar do menor, objetivando a sua formação integral.

A viabilização desta diretriz torna-se possível quando o IAM:

- Proporciona ensino de 1.º grau (1.ª a 8.ª séries) e supletivo, matriculando sua clientela em escolas da comunidade, ou proporcionando o ensino fundamental (1.ª a 4.ª séries) na própria unidade social.
- Proporciona ensino de 2.º grau, matriculando sua clientela em escolas de 2.º grau.
- Proporciona a sondagem de interesse e a qualificação para o trabalho, exigência fundamental para a integração social do menor, pois sem uma profissão é praticamente impossível o seu ingresso no mercado de trabalho, cada vez mais seletivo e especializado.
- Proporciona oportunidade para o aluno poder vivenciar valores sociais, morais, cívicos, desportivos e religiosos, através das atividades extra-classe desenvolvidas nas unidades sociais.

#### Unidades de Atendimento e Programas Educacionais

As unidades sociais desenvolvem no campo da educação vários programas que são meios para atingir a formação integral do menor.

1. Programa de Educação Pré-Escolar (Educandário Santa Felicidade; Lar Escola Hermínia Lupion e CEDIT) na faixa etária de 0 a 7 anos.
2. Programa de Ensino de 1.º Grau (1ª a 4.ª séries, em todas as unidades sociais oficiais, para a clientela admitida em qualquer época do ano. Da 4.ª a 8.ª séries, os alunos estudam na comunidade, bem como no 2.º grau.
3. Programa de Ensino Supletivo, para a Escola Professor Queiroz Filho (menores com problemas de conduta anti-social) - Fase I (1.ª a 4.ª séries) e Fase II (5.ª a 8.ª séries).
4. Programa de Educação Física, em todas as unidades, com exceção do Educandário Santa Felicidade, cuja faixa etária exige a recreação dirigida, voltada para o desenvolvimento físico infantil.
5. Programa de Ensino Profissionalizante.

É desenvolvido em todas as unidades de atendimento e constitui-se em uma das prioridades do IAM a implantação da Lei nº 5692/71, no que toca a iniciação profissional.

O IAM mantém em seus programas, cursos de qualificação profissional, tais como:

—Marcenaria, mecânica, tipografia (diversos ramos), sapataria, estofaria, padaria, serralheria e solda, artesanato de cipó e instrumentistas musicais.

Cumprе ressaltar a participação dos menores nas atividades agrícolas, principalmente nas unidades do interior, voltadas predominantemente para a área rural.

A produção agrícola é utilizada para consumo próprio, por todas as unidades, o que representa benefícios inestimáveis para o IAM. O excedente é utilizado para a manutenção das atividades da instituição.

#### CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Quanto aos programas educacionais

Analisando criticamente os programas educacionais do IAM e por extensão do próprio País, sugere-se que:

- o menor que chega ao IAM, foi marginalizado pelo sistema educacional do País, que não teve condições de alcan-

çá-lo em tempo hábil, retardando consideravelmente a sua participação efetiva na sociedade;

- a estrutura educacional do IAM precisa fornecer ensino supletivo para toda a clientela marginalizada pelo sistema regular de ensino, para possibilitar a sua integração na sociedade, como agente e sujeito do desenvolvimento;

- faz-se necessária a implantação de uma nova política para o ensino profissionalizante, no sentido de que venha atingir também o menor de 16 a 18 anos, que precisa ingressar no mercado de trabalho e custear suas necessidades básicas;

- é fundamental que seja dispensada maior atenção aos menores de zero a seis anos de idade, criando programas de amparo aos filhos de mães que trabalham para contribuir no sustento familiar. É notória a necessidade urgente de instituir mais creches, principalmente, nos grandes centros urbanos do Estado.

- a educação, base para a sobrevivência do regime democrático, precisa ser repensada. Posta em termos realistas, a educação pública brasileira não pode, e não deve, deixar à margem do seu processo os menores de zero a seis anos de idade.

#### Quanto a estrutura organizacional

A estrutura organizacional do IAM, representada pelos sistemas administrativos e técnico, está devidamente equacionada, considerando-se ainda a complementação eficiente da dotação orçamentária.

A receita orçamentária do IAM, se comparada com a do ano de 1974, tomado aqui como referência, evidencia um crescimento de aproximadamente 480%, pois de Cr\$ ... 21.664.556,00 passou em 1978 para Cr\$ 106.327.372,00.

Há ainda uma receita "extra orçamentária", que aparece a partir de 1975, que da ordem de Cr\$ 189.980,00 passou para Cr\$ 19.223.062,00 em 1978.

Quanto ao custo médio, "per capita" do menor internado nas obras oficiais, em 1978, foi de Cr\$ 1.887,53, ressaltando-se que nas escolas que abrigam os portadores de conduta anti-social, o custo é bem superior às demais.

Na Unidade Social Professor Queiroz Filho, cada menor custou Cr\$ 3.294,31, tendo atendido 136 pessoas, enquanto na Unidade Social Ivone Pimentel, foi Cr\$ 2.625,92 o custo para 69 destas.

Acredita-se que, quer pela faixa etária que é de 15 a 18 anos, quer pela natureza dos programas que são desenvolvidos para a reeducação destes, é que justifica-se esse acréscimo.

Constatou-se também, que o aspecto físico das obras, bem como seus equipamentos, respondem às necessidades.

Constatou-se também, que o aspecto físico das obras, bem como seus equipamentos, respondem às necessidades.

A dotação orçamentária, vem permitindo a expansão dos programas.

No que se refere a pessoal, pudemos constatar que vem sendo substituído gradativamente o regime estatutário pelo da C.L.T.

Por outro lado, este número aumentou bastante em relação a 1974, tanto em quantidade quanto ao referente ao nível de escolaridade, evidenciando-se a contratação especialmente de técnicos com nível superior.

Comparando-se os anos de 1974 a 1978, eram mantidos 205 funcionários e 144, respectivamente, pelo regime estatutário e 458 e 920, pela C.L.T.

Houve portanto um acréscimo de 301 funcionários, diretamente vinculados ao Instituto de Assistência ao Menor.

Ressalta-se, contudo, que para a eficiência e eficácia dos resultados a que se propõe atingir, o Instituto de Assistência ao Menor, há que se preocupar ainda mais com a qualificação do pessoal.

Ressente-se de uma maior capacitação destes, para o



exercício correto das funções, o que por certo levaria ao pleno alcance dos seus objetivos.

Inclui-se nessa nossa observação, os servidores de todos os níveis, especialmente os de nível superior.

A ação destes há que estar voltada para a realidade do menor e para a realidade social, sem qualquer desvinculação.

#### QUANTO AO PROBLEMA DO MENOR

##### Aspecto Geral

É decorrente da situação sócio-econômica em que se encontra o País.

Implicam para o seu agravamento cada vez maior, fatores culturais e educacionais que por não serem devidamente equacionados, emperram ainda mais o desenvolvimento do campo psicossocial e do econômico, molas mestras para o alcance do desenvolvimento global e da segurança.

#### QUANTO À SITUAÇÃO

##### Aspectos Específicos

- Houve um acréscimo no número de atendimentos a menores;
- aumentou o número de obras na rede oficial (CEDIT) e na rede particular;
- os recursos financeiros, aumentaram em quase 500%;
- O quadro de pessoal apresenta-se 30% superior aos dos anos anteriores.

Pelo exposto pode-se concluir que:

- o problema da marginalização e da marginalidade do menor vem se agravando aceleradamente;
- faz-se premente uma rápida intervenção nos campos político, psicossocial e econômico, com vistas a modificação desse quadro, que leva já a constituir-se em problema de segurança nacional.

É o relatório.